

LITERATURA E VERDADE: RE- FLEXÕES SOBRE A PESQUISA EM ESTUDOS LITE- RÁRIOS

LITERATURA Y VERDAD: REFLE- XIONES SOBRE LA INVESTIGACIÓN EN ESTUDIOS LI- TERARIOS

Benjamin Rodrigues Ferreira Filho ¹
Shirlene Rohr de Souza ²

1 Doutor em Ciência da Literatura (UFRJ). Docente do Curso de Letras da UFR. Coordenador do Projeto de Pesquisa *Literatura e pensamento crítico* (ICHS/UFR) E-mail: benjaminferreirafilho@gmail.com.

2 Doutora em Estudos Literários (Unemat). Docente do Curso de Letras do Campus da Unemat de Alto Araguaia. Docente do Curso de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras/Unemat-Sinop). Coordenadora do Projeto de Pesquisa *As tradições orais e seus deslocamentos dentro da cultura e da literatura*. E-mail: shirlenerohrdesouza@gmail.com.

Resumo: Este artigo trata de alguns aspectos relativos à pesquisa em estudos literários. O discurso acadêmico, de natureza científica abdicou de saberes populares que não se colocam sob a prova científica; todavia os estudos literários, por lidarem com objetos ficcionais e com materiais verbais que se prolongam nas tradições, constantemente se deparam com textos constituídos na esfera da oralidade como os mitos, cujas verdades são erigidas no campo do simbólico. Em seu percurso, o artigo evidencia algumas condições específicas da pesquisa em literatura, destacando a relação dos estudos literários com a verdade. As reflexões são amparadas principalmente em *Convite à Filosofia* (1999), de Marilena Chauí, *A ordem do discurso* (1996), de Michel Foucault; *Mito e realidade* (2016), de Mircea Eliade; *Dialética do esclarecimento* (1985), de Adorno e Horkheimer, e *Marxismo e filosofia da linguagem* (1995) e *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas* (2017), de Mikhail Bakhtin. O artigo parte do pressuposto de que literatura e mito se identificam, exprimindo verdades a seu modo.

Palavras-chave: Pesquisa – Estudos Literários – Literatura – Mito – Verdade

Resumen: Este artículo trata de algunos aspectos relativos a la investigación en estudios literarios. El discurso académico, de naturaleza científica, ha renunciado a saberes populares que no se someten a la prueba científica; sin embargo, los estudios literarios, al tratar con objetos ficcionales y con materiales verbales que se prolongan en las tradiciones, constantemente se encuentran con textos constituidos en la esfera de la oralidad como los mitos, cuyas verdades se erigen en el campo del simbólico. En su recorrido, el artículo evidencia algunas condiciones específicas de la investigación en literatura, destacando la relación de los estudios literarios con la verdad. Las reflexiones se basan principalmente en *Convite à Filosofia* (1999),

de Marilena Chauí, *A ordem do discurso* (1996), de Michel Foucault; *Mito e realidade* (2016), de Mircea Eliade; *Dialética do esclarecimento* (1985), de Adorno e Horkheimer, *Marxismo e filosofia da linguagem* (1995) y *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas* (2017), de Mikhail Bakhtin. El artículo parte de la premisa de que la literatura y el mito se identifican, expresando verdades a su manera.

Palabras clave: Investigación - Estudios Literarios
- Literatura - Mito - Verdad

Estudos Literários: o pesquisador, a pesquisa, o objeto de pesquisa

Em *Minha querida vida*, Malba Tahan (1954, p. 93-98) narra uma fábula oriental: certo dia, a Verdade precisou falar com um poderoso Sultão. Envolta em véus, ela se apresentou à porta do palácio, mas não entrou, pois, assustado, o Sultão não permitiu sua entrada. Ela, então, mudou as vestes e, apresentando-se como Acusação, pediu permissão para entrar na fortaleza do Sultão, mas de novo foi impedida de entrar. Decidida, a Verdade, trocando mais uma vez as roupas, apresentou-se dessa vez como Fábula, o que agradou muito o Sultão que, encantado, deu-lhe permissão para transpor os portões do palácio e entrar em seu recinto. Então, a Verdade, assim, vestida de Fábula, entrou no salão e, fabulando, fez acusações e disse verdades.

A questão essencial da fábula narrada por Tahan (1954) é a verdade. Em si, a verdade constitui um problema complexo, pois, como se trata de um valor, possui implicações inerentes, como alerta Chauí (1999, p. 90): “Afirmar que a verdade é um valor significa: o verdadeiro confere às coisas, aos seres humanos,

ao mundo um sentido que não teriam se fossem considerados indiferentes à verdade e à falsidade”. O traço humano que estabelece correspondência entre o pensamento e a realidade mundana é a razão, domínio no qual a verdade se organiza como pensamento, como linguagem e como discurso.

Ainda que a palavra “verdade” seja frequentemente tratada no singular, as perspectivas sobre um evento são afetadas pelas subjetividades (que são plurais), pelas conjunturas (que são inconstantes e imprevisíveis), e pelas áreas de conhecimento e suas respectivas disciplinas (que possuem diferentes postulados teóricos). Esses e outros fatores tornam a verdade um conceito de difícil definição, ainda que as noções de verdadeiro e falso sejam essenciais nas comunicações e trocas cotidianas, nas quais, muitas vezes, é necessário estabelecer critérios (idoneidade, confiança, coerência etc.) que possam validar se há verdade ou se não há verdade em determinada afirmação, em determinado fato.

As pessoas esperam a verdade umas das outras. Sobre isso, Chauí (1999, p. 91) sustenta: “O desejo da verdade aparece muito cedo nos seres humanos como desejo de confiar nas coisas e nas pessoas, isto é, de acreditar que as coisas são exatamente tais como as percebemos e o que as pessoas nos dizem é digno de confiança e crédito”. Assim, é possível conjecturar que todas as pessoas se relacionam com a verdade: algumas, para compreender a realidade e nela se mover; outras, para manipular a realidade, criando ilusões.

Ainda que sua definição seja de difícil apreensão, a verdade constitui uma conexão admissível entre o pensamento e a realidade, não fosse assim, sem uma premissa de verdade,

as relações entre as pessoas seriam periclitantes, surreais; na literatura, um caso exemplar está eternizado na personagem de Cervantes (1978), Dom Quixote, o qual, desarrazoado, sem a conexão necessária para compreender a realidade, ou a verdade, envolve-se em episódios que por pouco lhe custam a vida, como quando enxerga “desaforados gigantes” onde há apenas moinhos de vento. Após essa aventura tresloucada, o escudeiro Sancho Pança dá expressão à falta de juízo do cavaleiro, seu amo: “— Valha-me Deus! — exclamou Sancho. — Não lhe disse eu a Vossa Mercê que reparasse no que fazia, que não eram senão moinhos de vento, e que só o podia desconhecer quem dentro na cabeça tivesse outros?” (Cervantes, 1978, p. 55).

As pessoas comuns esperam a verdade umas das outras para o estabelecimento de uma convivência baseada em uma disposição mental de crédito; mesmo em uma convivência sem grandes conflitos, as subjetividades produzem diferentes leituras sobre os fatos, tornando uma verdade em muitas verdades, uma situação que pode ser ilustrada por meio de uma fábula indiana, que narra a história de um grupo de cegos que não conhecia um elefante. Certo dia, indo ao encontro do rei, os cegos se deparam com esse animal em uma estrada e, com assombro, apalparam o bicho para conhecê-lo. No palácio, eles tentam descrever o animal para o rei que, mesmo conhecendo o bicho, ouve atentamente a descrição de cada cego. Ocorre que cada cego tocou uma parte diferente do elefante, gerando relatos muito diversos: o que tocou na perna associou o animal a uma coluna, o que tocou na cauda, viu semelhança com uma vassoura, outro, tocando uma orelha, disse que o animal se parecia com uma bandeira e, assim, as descrições e associações eram muito diferentes, fazendo surgir

um sorriso compreensivo no semblante do rei que, por fim, esclareceu sobre a natureza do elefante.

Apesar de diferentes maneiras de enxergar as coisas ou de perceber os fatos, todos, de alguma forma, querem expressar a verdade: os pensadores clássicos buscam a verdade porque desejam discernimento em relação às ações e aos eventos mundanos, com base na razão e na lógica; os artistas desejam compartilhar suas verdades e impressões por meio de palavras, formas, cores e sons, utilizados para expressar suas percepções do mundo em plásticas e estéticas atravessadas por uma sensibilidade que muitas vezes escapa às palavras; os cientistas buscam a verdade factual, com base em provas e evidências.

Em comum, há o entendimento de que a verdade se opõe ao erro e à mentira, com acepções que levam ao campo da epistemologia e ao campo da moral: “A primeira é a acepção epistemológica, pela qual a verdade é a adequação entre a inteligência e a coisa, e se opõe ao erro. A segunda é a acepção moral, pela qual a verdade é a adequação entre a inteligência e a sua expressão manifestativa e, nesse sentido, se opõe à mentira”³.

Na perspectiva da Filosofia, a verdade não só é mediada por um sistema de valores, como também é mediadora de sistemas de valores que balizam o conjunto ético e moral, o qual, por sua vez, organiza as instituições e relações sociais. Além de aderir aos parâmetros éticos e morais, as Ciências buscam a verdade a partir de outros balizadores: as evidências, as testagens, as provas. Essas relações estabelecem um tecido textual muito específico: o discurso científico, fragmentado em disciplinas, que constrói verdades aparentemente inquestionáveis. Foucault

3 Verbete “verdade”. IN. GREGÓRIO, S. B. (organizador). *Dicionário de Filosofia*. Disponível em: <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0>.

(1996, p. 31), porém, lembra que, as verdades erguidas no âmbito científico não são isentas de erro: “uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade”.

As instituições de ensino superior, que desenvolvem Ensino, Pesquisa e Extensão, estão fortemente alinhadas à rigidez do discurso científico, posicionando-se em torno da evidência, dos testes e das provas. Esse alinhamento – sem surpresas, pois o objetivo é buscar explicações para os eventos mundanos – resulta, supostamente, em textos acadêmicos elaborados sob a égide da imparcialidade e da neutralidade; nessa região de discursos, a verdade, alcançada após a validação da pesquisa, traduz-se, na vida prática, em livros, artigos, bulas, rótulos, manuais, dicionários, leis, códigos, cifras etc. Cada disciplina possui legitimidade única para dizer verdades sobre determinados assuntos, desde que o rito do gênero científico seja observado e o discurso ajustado às normas acadêmicas, conforme afirma Foucault (1996, p. 31-32): “Mas, além disso, para que uma proposição pertença à botânica ou à patologia, é preciso que ela responda a condições, em um sentido mais estritas e mais complexas, do que a pura e simples verdade: em todo caso, a condições diferentes”. No contexto das disciplinas, sem o revestimento do discurso científico e sem seu invólucro construído em regras e normativas, a verdade não é aceitável.

Ciência e Filosofia investigam a verdade a partir de parâmetros e instrumentos próprios, pautados no rigor; a Arte manifesta suas verdades por meio de plásticas sensíveis.

Contudo, a verdade, em sua relação primeira entre pensamento e realidade, não está sob o domínio exclusivo de cientistas, filósofos e artistas: ao seu modo, a cultura popular (que também possui ciência, que também possui uma dimensão ontológica, que também é arte) também expressa, por meio de formas e fórmulas, não apenas percepções sobre o que é falso, o que é verdadeiro, mas também camadas de julgamentos críticos, entre o sim e o não, como no provérbio popular: “Onde há fumaça, há fogo”, ou a famosa sentença: “A mentira tem pernas curtas”. Independentemente do tipo de relação social e dos envolvidos, a verdade é do interesse de todos, visto que se trata de um estatuto da linguagem que orienta a confiança das pessoas umas nas outras, e todos esperam que haja verdade.

Estudos Literários e ambiente de pesquisa

Qualquer consideração a respeito da pesquisa em Estudos Literários precisa, antes, enfatizar o caráter estético da literatura, bem como evidenciar o seu lugar de arte. Nenhuma pesquisa ofusca a profunda dimensão ontológica da literatura, que transcende línguas e culturas e, por isto, é vã qualquer tentativa de dominar suas fronteiras e sua pluralidade. A literatura, neste sentido, está no campo do sublime: “As qualidades sublimes infundem respeito venerável; enquanto as belas inspiram o amor” (Kant, 2015, p. 37). Assim, sublime, pode-se dizer da literatura o que Octávio Paz (1986, p. 15-16) diz da poesia, em uma sequência que desnuda a natureza paradoxal, inflamada e cativante da lírica:

A poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de transformar o mundo, a atividade poética é revolucionária

por natureza; exercício espiritual, é um método de libertação interior. A poesia revela este mundo; cria outro. Pão dos eleitos; alimento maldito. Isola; une. Convite à viagem; regresso à terra natal. Inspiração, respiração, exercício muscular. Súplica ao vazio, diálogo com a ausência, é alimentada pelo tédio, pela angústia e pelo desespero. Oração, litania, epifania, presença. Exorcismo, conjuro, magia. Sublimação, compensação, condensação do inconsciente. Expressão histórica de raças, nações, classes. Nega a história: em seu seio resolvem-se todos os conflitos objetivos e o homem adquire, afinal, a consciência de ser algo mais que passagem. Experiência, sentimento, emoção, intuição, pensamento não-dirigido. Filha do acaso; fruto do cálculo. Arte de falar em forma superior; linguagem primitiva. Obediências às regras; criação de outras. Imitação dos antigos, cópia do real, cópia de uma cópia da Ideia. Loucura, êxtase, logos. Regresso à infância, coito, nostalgia do paraíso, do inferno, do limbo. Jogo, trabalho, atividade ascética. Confissão. Experiência inata. Visão, música, símbolo. Analogia: o poema é um caracol onde ressoa a música do mundo, e métricas e rimas são apenas correspondências, ecos, da harmonia universal. Ensino, moral, exemplo, revelação, dança, diálogo, monólogo. Voz do povo, língua dos escolhidos, palavra do solitário. Pura e impura, sagrada e maldita, popular e minoritária, coletiva e pessoal, nua e vestida, falada, pintada, escrita, ostenta todas as faces, embora exista quem afirme que não tem nenhuma: o poema é uma máscara que oculta o vazio, bela prova da supérflua grandeza de toda obra humana!

Por seu caráter refratário e insubmisso, a literatura parte da realidade – também sempre fragmentada e indócil – para reposicioná-la em espaços de transgressão. Desafiadora

e impertinente, a literatura contesta as ‘verdades’ pacificadas por meio de discursos monovalentes, jogando-as para zonas de conflitos e de perturbações, pois sendo arte, sua sina é fazer despertar sentidos com estéticas incômodas, que provocam crise, inquietação, lucidez. Desta maneira, ainda que a literatura seja colocada como objeto de interpretações e objeto de leituras particulares, ela sempre encontrará os caminhos da reinvenção.

Ditas essas palavras, é preciso retornar ao curso do ensaio que espreita a difícil tarefa de desviar-se da literatura como arte e tomá-la como objeto de pesquisa e sua relação com a verdade. Nesta retomada, uma primeira observação é o forte vínculo estabelecido entre a literatura, a língua e a cultura de um povo: tal relação coloca os estudos literários em uma região de mentalidades e comportamentos sociais que lhes permitem penetrar em diferentes esferas dos estudos, colocando em diálogo diferentes pensamentos, interesses e disciplinas. As investigações nessa região da linguagem iluminam não apenas a própria obra literária, mas também as condições de produção da literatura, a qual se realiza sob os efeitos materiais de dada sociedade, de determinado tempo. O texto literário, assentado na arte da palavra, constitui um importante campo de pesquisa científica.

Por seu forte vínculo com a língua materna, a literatura renova-se no interior do idioma, indicando as transformações sociais, sempre em curso (Bakhtin, 1995). Para além de exames relacionados ao próprio texto – recursos linguísticos, ritmos, gêneros, estruturas, linguagem, estilo, rupturas e tradições –, a pesquisa em literatura proporciona significativa coleta de testemunhos e de experiências históricas, em diferentes épocas, indicando mudanças nos parâmetros culturais, econômicos,

políticos, éticos e estéticos das sociedades. Pela literatura, pode-se vislumbrar o passado e compreender os movimentos do presente.

Especificamente no Brasil, cuja formação social se deu pelo encontro de diferentes matrizes culturais, a literatura constitui um portal do tempo que leva ao passado: as narrativas, as poesias e os dramas dos séculos passados ilustram as violentas relações de poder que, desde os primeiros contatos com o português, foram baseadas no extermínio e na escravização, primeiro, depois na exploração das classes populares. O modelo social do país foi determinado e organizado pelo agente colonizador, que impôs sua verdade, sua cultura, sua religião.

A peça *O juiz de paz da roça*, de Martins Pena ([s.d.]), encenada pela primeira vez em 1838, demonstra a estrutura escravocrata do Brasil, na época. Maria Rosa, personagem de um núcleo familiar, diz, em tom de lamento: “Os meias-caras agora estão tão caros! Quando havia valongo eram mais baratos” (Pena, [s. d.], p. 23). A afirmação da personagem constitui uma chave para compreender o processo de escravização no Brasil, que transformou os corpos negros em objetos negociáveis, com lugares próprios para o comércio, como o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro. No decorrer da peça, a desenvoltura das personagens, ao se referirem a pessoas escravizadas, oferece uma dimensão de uma mentalidade social dominante na época: grande parte das pessoas era alienada, mantendo-se distante dos debates inflamados sobre a liberdade e a igualdade racial. Em contrapartida, no presente, a literatura brasileira registra os movimentos identitários, em um processo lento, que enfrenta muitas resistências – mas se afirma, afinal –, em uma sociedade que, majoritariamente, continua alienada.

O contexto da manifestação literária das linguagens indígenas, negras, femininas, periféricas, antes silenciadas, remete aos movimentos sociais da década de 1970 (tempo de ditadura militar) e à Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no Ensino Básico, alterada pela Lei 11.645/2008, para incluir os povos originários do Brasil. Essa movimentação favoreceu uma literatura mais plural, cenário no qual se destacam temáticas como racismo, ancestralidade, maternidade.

Dentre essa geração, a escrita de Conceição Evaristo dá expressão às interseccionalidades das dores das mulheres negras e pobres, vítimas do ódio racial na sociedade brasileira contemporânea, drama ilustrado pelo trágico destino da personagem Maria, do conto homônimo do livro *Olhos d'água* (2016). Nesse mesmo contexto, também se destaca a escrita fortemente ligada à natureza, que evoca narradores de um mundo ancestral, no qual seres sobrenaturais encarregam-se de guardar as florestas e punir os que as exploram sem discernimento, como *Contos da Floresta* (2012), de Yaguarê Yamã, que apresenta mitos e lendas do povo Maraguá.

Tanto o passado quanto o presente, portanto, nutrem importantes debates nos estudos literários, os quais iluminam aspectos sociais e existenciais que se enredam no drama, na poesia e na ficção. Candido (2004) destaca três funções da literatura, enfatizando sua condição de objeto autônomo, com estrutura e significado sensível, que gera conhecimento e, o que ele considera mais importante, a capacidade de humanizar. Nas palavras de Candido (2004, p. 176-177):

Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos, com estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente.

Acumulando diversas funções; suas camadas simbólicas comunicam formas de ver a realidade, formas de ser verdade. Sendo polifônica e ambígua, as verdades que emanam da literatura não precisam ser comprovadas, precisam mediar as formas de ver o mundo e suas realidades.

Mito e literatura

Na contemporaneidade, o forte vínculo entre humanidade e ciência parece ser inquebrantável: vive-se a ilusão de um mundo esclarecido, resultado de um projeto que, desde sempre, esteve ligado ao poder e à dominação: dominação da natureza, dominação do corpo social. Uma nova ordem global, aportada em uma vontade de verdade científica, escorraçou o mundo justificado pelos mitos, pelas lendas, pelas metáforas. Curiosamente, no Ocidente, a religião está admitida nesse universo de verdade, não por coincidir com a verdade, mas porque convém ao projeto de dominação social.

Fortalecida pela poderosa indústria cultural, a ciência alcança seu objetivo, tornando-se sinônimo de verdade, com seus discursos que (pretensamente) esclarecem todos os eventos mundanos. Mas ela, a ciência, também se tornou uma ameaça:

aliada às tecnologias da informação e da comunicação, ela promove a escalada do progresso agressivo e desmedido. Nesse cenário, as pessoas pensam cada vez menos, induzidas pelo fluxo interminável de informações que “idiotizam”; repetindo o pensamento de Adorno e Horkheimer (1985, p. 15): “A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo”.

A ciência, em busca da elucidação do mundo, priorizou um objetivo: “O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 19). A meta, em parte, foi alcançada: o mundo desencantou-se, agora com os mistérios subjugados e convertidos em objetos de pesquisa: a vastidão dos cosmos, a escuridão dos oceanos profundos, nada escapa dos olhos perscrutadores da ciência e da tecnologia. Ao desencantar o mundo de seus mistérios, a ciência expulsou os mitos para uma região de discursos interditados.

Em *A ordem do discurso* (1996, p. 8-9), Michel Foucault expõe sua famosa hipótese: “suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Na sequência, Foucault apresenta três grandes grupos de procedimentos que se articulam e combinam-se para dominar e submeter o discurso: primeiro, os procedimentos de exclusão: interdição (separação entre razão e loucura; oposição entre falso e verdadeiro); segundo, os procedimentos internos de controle do discurso, destacando-se o que ele chama de

“comentário” e o que chama de “rarefação” (do autor e da disciplina); por fim, terceiro, os procedimentos relacionados à restrição do discurso, controlado por grupos especializados, que ele chama de “sociedade de discurso”, esotéricos (herméticos), fortemente restritivos e que se opõem às “doutrinas abertas”, exotéricas (públicas), mas fortemente impositivas.

Dentre os procedimentos de exclusão, Foucault (1996, p. 14-17) reserva um trato especial para o falso e o verdadeiro ou para o mito e a ciência. Os mitos responderam por longo período à vontade de saber, oferecendo explicações para os eventos humanos e mundanos a partir de narrativas simbólicas, altamente poéticas; mas essas narrativas sofreram um grande revés, desde que a vontade de verdade fortaleceu a ciência, na Grécia Clássica, desautorizando o mito da condição de guardião dos saberes. A renúncia aos mitos era um sinal de que as sociedades direcionavam suas escolhas para um tipo de verdade, a verdade científica.

Contudo, ainda que tenham sido relegados a habitar regiões obscuras, os mitos continuam se pronunciando. Denis de Rougemont (1988, p. 20), no contexto da narrativa lendária de Tristão e Isolda, traz uma explicação para a permanência do material simbólico na linguagem:

Poderíamos dizer, de um modo geral, que um mito é uma história, uma fábula simbólica, simples e tocante, que resume um número infinito de situações mais ou menos análogas. O mito permite a percepção imediata de determinados tipos de *relações constantes*, destacando-se do emaranhado das aparências cotidianas.

Essa relação com a realidade – “resume um número infinito de situações” e “permite a percepção imediata de determinados tipos de relações constantes” – aproxima o mito da literatura, a qual também dá expressão a experiências que se repetem em cada indivíduo (alegrias, tristezas, medos, esperanças etc.) e na vida social (amizades, inimizades, festa, trabalho etc.). Semelhante ao mito, cuja base de construção é uma realidade simbólica, a literatura é construída no universo ficcional. Esse fundamento tão próximo coloca ambos, mito e literatura, em uma mesma região do discurso, na esfera simbólica do saber e da verdade.

A verdade emitida pelo mito não coincide com a verdade científica, mas é uma verdade: uma verdade simbólica, a qual não encontra mais espaço na sociedade científica e objetiva, como lembra Foucault (1996, p. 15): “[...] chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência”. Se a verdade do mito não coincide com a verdade científica, coincide com a verdade da literatura, a qual, deslocada como o mito, é vista com reserva, pois sua realidade é diegética. Tal situação cria algum embaraço para o pesquisador, visto que seu “objeto” de pesquisa, por sua natureza ficcional, opõe-se, de fato, à verdade científica. Em consequência dessas relações, sendo o discurso literário fundado na ficção (ainda que provenha da realidade, por certo), é considerado *falso*, assim como os mitos.

Foucault (1996, p. 15), ao colocar o problema da separação entre falso e verdadeiro, propõe um ponto de ruptura que afetou frontalmente a percepção sobre o mito: “Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro

e o discurso falso”. Se há uma aproximação entre mito e literatura, é preciso compreender com clareza o sentido de mito. Mircea Eliade (2016), em sua obra clássica *Mito e realidade*, inicia sua discussão sobre mito, afirmando que, já há algumas décadas, há uma nova perspectiva dos eruditos sobre os mitos, fato que vem reorientando a compreensão desse material simbólico:

Ao invés de tratar, como seus predecessores, o mito na acepção usual do termo, i. e., como “fábula”, “invenção”, “ficção”, eles o aceitaram tal qual era compreendido pelas sociedades arcaicas, onde o mito designa, ao contrário, uma “história verdadeira” e, ademais, extremamente preciosa por seu caráter sagrado, exemplar e significativo (Eliade, 2016, p. 7).

Porém, o próprio Eliade (2016, p. 7) adverte que o valor semântico continua gerando controvérsias: “De fato, a palavra é hoje empregada tanto no sentido de “ficção” ou “ilusão”, como no sentido — familiar sobretudo aos etnólogos, sociólogos e historiadores de religiões — de “tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar”. Com tais tensões semânticas, Eliade (2016, p. 11) oferece uma definição que mais lhe agrada ou que lhe parece menos imperfeita:

A definição que a mim, pessoalmente, me parece a menos imperfeita, por ser a mais ampla, é a seguinte: o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento

humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que realmente ocorreu, do que se manifestou plenamente. Os personagens dos mitos são os Entes Sobrenaturais. Eles são conhecidos sobretudo pelo que fizeram no tempo prestigioso dos “primórdios”. Os mitos revelam, portanto, sua atividade criadora e desvendam a sacralidade (ou simplesmente a “sobrenaturalidade”) de suas obras. Em suma, os mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado (ou do “sobrenatural”) no Mundo. É essa irrupção do sagrado que realmente fundamenta o Mundo e o converte no que é hoje. E mais: é em razão das intervenções dos Entes Sobrenaturais que o homem é o que é hoje, um ser mortal, sexuado e cultural.

Os traços comuns entre mito e literatura, fortemente ligados à esfera simbólica, evidenciam a distância dessas regiões (míticas e literárias) para o discurso científico; mesmo que inúmeros equívocos entrem na conta da ciência, ela continua gozando da fama de ser o único caminho para a verdade. Assim, destina-se ao mito e à literatura (e à arte, de uma maneira geral) um tratamento claudicante e desconfiado: se eles ficcionalizam o real, portanto não são verdadeiros e, portanto, não podem ser verdade. Mesmo quando, por meio de técnicas e de esforços estéticos, o escritor/artista busca o máximo de aproximação com a realidade, como é o caso de textos do realismo ou do naturalismo; nenhum desses recursos retira a literatura de seu lugar de ficção, conseqüentemente, de seu estatuto falso.

Predominantemente orientadas pela vontade de verdade (Foucault, 1996, p. 14), as sociedades ocidentais, há séculos, marcham conduzidas pela ciência, a qual, de um lado,

demarcou e ampliou os marcos civilizatórios, em consonância com a tecnologia; de outro lado, ditou parâmetros rígidos de sua própria verdade, desenvolvendo uma linguagem muito própria – pautada principalmente em objetivos e métodos, que formatam a verdade dentro de um padrão hermético e pouco flexível (embora muitos embustes sejam tratados como “científicos”, porque têm aparência científica).

O sentido de verdade, pode-se arriscar a dizer, passou a ser balizado pela ideia de que a verdade deve ser científica ou próxima dela, como a filosofia. Daí a razão de a literatura, por ser ficcional, não ser plenamente admitida como verdade, porque é literatura.

A literatura e os estudos literários

Como a Fábula de Malba Tahan (1954), a literatura pede sua entrada no salão, a fim de que, ao seu modo, possa dizer verdades (e fazer acusações, e fazer denúncias e reivindicar justiça). Os estudos literários, referindo-se a essa dicção ficcional e poética, ajustam-se ao ambiente acadêmico, a partir de uma linguagem teoricamente organizada. No contexto de Foucault (1996), esse esforço é apontado como resultado do discurso rarefeito das disciplinas: o texto precisa estar adequado e ajustado ao molde do discurso científico para ser admitido como ciência e, para isso, precisa obedecer às regras, como lembra Foucault (1996, p. 35): “mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos”.

Dada a natureza dialógica dos estudos literários, a pesquisa se abre em arcos, arejada pelos interdiscursos. Mas há

que ter cuidados, conforme alerta Bakhtin (2017), lembrando duas questões: a primeira, não se deve estudar a literatura isolando-a de sua unidade de cultura; a segunda, não isolar a literatura das outras culturas. Sobre a primeira tarefa, ele afirma: “Antes de mais nada, a ciência da literatura deve estabelecer o vínculo mais estreito com a história da cultura. A literatura é parte inseparável da cultura, não pode ser entendida fora do contexto pleno de toda a cultura de uma época” (Bakhtin, 2017, p. 11). Sobre a segunda tarefa, o autor adverte: “Se não se pode estudar a literatura isolada de toda a cultura de uma época, é ainda mais nocivo fechar o fenômeno literário apenas na época de sua criação, em sua chamada atualidade” (Bakhtin, 2017, p. 13).

Ao projetar esses dois princípios na pesquisa de estudos literários, Bakhtin (2017) destaca, de um lado, o caráter sensível e atemporal da literatura, que captura e expressa, ao seu modo, as tendências de seu tempo; de outro lado, revela o caráter transcultural e intercultural da literatura, pela dimensão existencial que nela se acumula. Em contexto social, no qual as pessoas produzem bens materiais e imateriais, que engendram incessantes transformações no ambiente, é preciso redimensionar o profundo vínculo que o texto literário possui com sua unidade de cultura, como sugere Bakhtin (2017; 1993), pois só assim se pode entender que a literatura, além de um bem artístico, constitui um documento de valor histórico inestimável que, em seu conjunto, acompanha as renovações do idioma, mostra as mudanças nos paradigmas estéticos, testemunha os humores sociais, provoca interações entre as gerações. Trata-se de uma relação interdisciplinar e atemporal, como lembra Durão (2020, p. 15):

A literatura não existe nem nunca existiu no vácuo. Ela só pode tomar corpo em um contexto histórico específico e, se consegue sobreviver a ele e falar a tempos futuros, não é porque o repudiou em nome de algum valor transcendente e atemporal, mas, pelo contrário, porque conseguiu trazer em si aquilo que era decisivo e ainda toca o presente, por maiores que sejam as mediações necessárias para tanto.

Essa é a natureza da literatura: sua capacidade de falar através do tempo, promovendo trocas entre as épocas, as sociedades, as culturas. Por meio da análise de grandes textos como *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero, e *Teogonia* e *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo, pode-se compreender os grandes temas da Grécia Antiga: religião, costumes, acordos políticos, alianças comerciais e militares, distribuição territorial, formação de lideranças, economia, vida cotidiana. Em outro eixo cultural, a literatura russa do Século XIX constitui um grande acervo documental que permite a compreensão daquela sociedade, que pressentia a transição radical de regime político, em uma ampla paisagem cultural, desde becos e subsolos de Dostoiévski (como em *Crime e Castigo*, 2010, ou em *Memórias do subsolo*, 2009), palácios e campos de Tolstói (como em *Anna Karênina*, 1995) e vilas e povoados de Turgueniév (como em *Rúdin*, 1983). Assim ocorre com outros sistemas literários, de outros povos, de outras épocas. Bakhtin (2017, p. 14, grifo do autor) reforça essa tese, dizendo: “As obras dissolvem as fronteiras da sua época, vivem nos séculos, isto é, no *grande tempo*”.

Compreendendo-se o texto literário como documento e como discurso artístico transtemporal, a pesquisa literária se projeta para uma esfera de investigação que integra o testemunho

literário à grande narrativa social, na qual se desenvolvem os modelos políticos, econômicos, religiosos e outros.

Os estudos literários aprofundam a compreensão da vida cultural, pois a literatura registra a movimentação social por meio da perspectiva ficcional. Outros documentos produzidos na esfera concreta da vida (em cartórios, bancos, escolas e outras instituições) são, a seu modo, também ficção, mas, como são produzidos no modelo que expressa a vontade de verdade (formulários, fichas, declarações, boletins), não são questionados; são considerados fidedignos. Os estudos literários, compreendendo a literatura como unidade de cultura, entendida também como documento, constitui uma pedra fundamental no edifício arquitetônico das ciências humanas, afinal, o escritor, em movimento incidental, documenta em seu texto aspectos de seu tempo, de seu povo, de sua comunidade.

Toda sociedade possui um acervo literário – oral e/ou escrito – que traduz a forma como o povo vive e se organiza. O acervo compreendido por literatura oral (Cascudo, 1984), não depende de culturas dominadas pela escrita, já que as culturas ágrafas guardam suas histórias em um repositório coletivo, no âmbito da memória, que avança na oralidade. O acervo impresso, mais valorizado na cultura oficial, é constituído por uma dimensão autoral, cultivada por escritores e poetas, os quais também buscam, inegavelmente, inspiração nos temas da cultura popular. Essas dimensões – que alocam uma série de aspectos históricos, geográficos, econômicos, políticos, religiosos e outros – tornam a pesquisa do texto literário uma zona de cálculo exponencial: tudo se multiplica muitas vezes, obrigando o pesquisador a reconhecer que seu objeto é inapreensível em sua

totalidade, pois se expande no caos e, contrariamente, se esgueira sub-repticiamente, deixando lacunas e interrogações que levarão a novas pesquisas.

Dessa maneira, a compreensão do universo diegético-literário torna-se uma forma possível de compreender também a sociedade de onde provém a obra literária sob pesquisa: ali estão expressas as questões do indivíduo e do grupo social: os sonhos, as perturbações, as alegrias, os sofrimentos, os conflitos, as ninharias do cotidiano; na literatura, lê-se a vida que corre na dinâmica da realidade.

A literatura e seu modo de ver a verdade ou seu modo de ser a verdade

Ao seu modo, a literatura – assim como o mito, assim como a fábula – diz verdades. Para compreender essas verdades, é preciso dar vida ao texto literário, penetrar em seu universo simbólico, perceber as sutis emersões de dados humores entre as palavras, emaranhar-se na realidade pesada de seus sentidos. Camus (2019, p. 122), ao tratar do mito de Sísifo, ensina: “Os mitos são feitos para que a imaginação os anime”. Ao mesmo tempo em que faz essa advertência, Camus anima o herói absurdo, acompanhando sua subida sofrida, em uma cena pictórica e cinematográfica:

Neste, vê-se simplesmente todo o esforço de um corpo tenso, que se esforça por erguer a enorme pedra, rolá-la e ajudá-la a levar a cabo uma subida cem vezes recomeçada; vê-se o rosto crispado, a face colada à pedra, o socorro de um ombro que recebe o choque dessa massa coberta de barro, de um pé que a escora, os

braços que de novo empurram, a segurança bem humana de duas mãos cheias de terra (Camus, 2019, p. 122).

Tanta angústia não permite nenhum tipo de reflexão, nenhum questionamento, nenhuma crítica: “Um rosto que sofre tão perto das pedras já é ele próprio pedra!” (Camus, 2019, p. 122). Camus também acompanha o herói dos infernos em sua descida: “Vejo esse homem descer outra vez, com um andar pesado mais igual, para o tormento cujo fim nunca conhecerá. Essa hora que é como uma respiração e que regressa com tanta certeza como a sua desgraça, essa hora é a da consciência” (Camus, 2019, p. 122).

Ao subir e descer a montanha com Sísifo, Camus ensina que a compreensão de um mito exige esforço e imaginação. O filósofo mostra que Sísifo possui semelhanças com as pessoas comuns, que trabalham repetidamente nas mesmas tarefas, subindo e descendo com suas pedras, todos os dias. Mas, ao contrário de Sísifo que, consciente de seu castigo eterno, não guarda sentimento de esperança e sabe que seu “trabalho” é inútil e improdutivo, as pessoas comuns se movimentam esperançosas nos espaços mundanos, com a expectativa de que seu trabalho mudará seu destino ou, pelo menos, satisfará suas necessidades básicas. A esperança, mesmo que sua origem seja a caixa de males de Pandora (Hesíodo, 2011), é guardada como bem; e como um bem, ela encobre o absurdo da existência.

A literatura, como o mito, em sua condição de linguagem simbólica, deve ser animada, para ser compreendida; deve ser ouvida, para ser sentida. A literatura abre universos de questionamentos, fazendo ver com alguma lucidez – e humanidade

– as relações complexas que se desenvolvem no mundo. Ao seu modo, a literatura – assim como o mito, assim como a fábula – constitui um modo de ver a verdade, um modo de ser a verdade, um modo compreender o mundo. A verdade é um horizonte, que sempre será horizonte.

Referências

ADORNO, Theodor. W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento* – fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas*. Tradução de Paulo Bezerra. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Prefácio: Roman Jakobson; introdução: Marina Yaguello; tradução: Michel Frateschi Vieira. 7ª ed. São Paulo, Hucitec, 1995.

BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. *Lei nº 11.645/2008*, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CAMUS, Albert. O mito de Sísifo. In: CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. 11. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2019, p. 121-124.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1984.

CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de La Mancha*. Tradução de Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Crime e Castigo*. Tradução de Rosário Fusco. São Paulo: Abril Cultural, 2010. – Clássicos Abril Coleções, 2 volumes

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. Tradução de Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2009.

DURÃO, Fábio. A. *Metodologia da pesquisa em literatura*. São Paulo: Parábola, 2020.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Tradução de Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2016. – Coleção Debates; 52

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Tradução de Luiz Otávio Mantovaneli. São Paulo Odysseus, 2011. (Coleção Kouros)

HESÍODO. *Teogonia*. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2017.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 5.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

PAZ, O. *O arco e a lira*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

PENA, Martins. O juiz de paz da roça. *In*: PENA, Martins. *Comédias*. Organização crítica de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.], p. 23-41.

ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o Ocidente*. Tradução de Paulo Brandi e Ethel Brandi Cachapuz. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

TAHAN, Malba. *Minha vida querida* - os segredos da alma feminina nas lendas do Oriente. Tradução de Breno Alencar Bianco. 9. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1954.

TOLSTOI, Léon. *Anna Karênina*. Tradução de Mirtes Ugeda. São Paulo: Nova Cultural, 1995. – Divisão Círculo do Livro, 2 volumes

TURGUENIEV, Ivan. *Rudin*. Tradução de Elias Davidovich. São Paulo: Global, 1983.

YAMÃ, Yaguarê. *Contos da floresta*. Ilustrado por Luana Geiger. São Paulo: Peirópolis, 2012.